

MINUTA

CONTRATO PADRÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS, a **MI SERVIÇOS EDUCACIONAIS E COMÉRCIO DE FARDAMENTO LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob o nº 19.223.147/0001-79, com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Av. Ayrton Senna, nº 4243, Capim Macio, doravante denominada **Escola**, e de outro lado o Responsável pelo Aluno, devidamente identificado no Termo de Adesão ao presente documento, doravante denominado **CONTRATANTE**, têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula 1ª – O presente instrumento tem por objeto estabelecer as Condições Gerais do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. A celebração do contrato se concretizará mediante a assinatura das partes contratantes no documento intitulado **Termo de Adesão**, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento para todos os efeitos legais, integrando-o e complementando-o.

Parágrafo Único - Por meio do preenchimento e assinatura do documento intitulado “TERMO DE ADESÃO”, o Contratante, identificado e qualificado no mesmo, ADERE às cláusulas e condições do presente contrato, aceitando todos os seus termos.

Cláusula 2ª – O presente Contrato encontra-se registrado no Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Natal-RN.

Cláusula 3ª – O presente contrato é celebrado sob a égide dos Artigos 206, Incisos II e III e 209 da Constituição Federal, sendo certo que os valores avençados no Termo de Adesão ao presente instrumento são de prévio conhecimento do Contratante, nos termos da Lei 8.078/90, Lei 9870/99, Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e foram afixados em local de fácil acesso e visualização para conhecimento de todos os interessados.

Cláusula 4ª – A Escola se obriga a ministrar ensino através de aulas e demais atividades escolares, devendo o plano de estudos, programas, currículos e calendário estarem em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com o seu Plano Escolar no período de janeiro a dezembro de cada ano. Ao firmar o presente, o **CONTRATANTE** submete-se ao regimento escolar e às demais obrigações constantes na legislação aplicável à área de ensino e, ainda, às emanadas de outras fontes legais, desde que regulem, supletivamente a matéria, inclusive o regimento escolar e a proposta pedagógica, obrigando-se ainda a efetuar o pagamento das parcelas na forma estipulada.

Cláusula 5ª – O **CONTRATANTE** declara conhecer o regimento escolar e a proposta pedagógica da **ESCOLA** segundo descritas na agenda do aluno.

Cláusula 6ª – As aulas serão ministradas nas salas ou locais em que a **ESCOLA** indicar, tendo em vista a natureza do conteúdo e da técnica pedagógica que se fizerem necessárias.

Cláusula 7ª - A configuração formal do ato de matrícula e da celebração do contrato de prestação de serviços educacionais se procede pelo preenchimento e assinatura do formulário próprio fornecido pela Escola denominado “**Termo de Adesão**” que, desde já, fica fazendo parte integrante deste contrato. A matrícula é considerada concluída quando as partes firmarem o Termo de Adesão ao presente contrato e o Contratante pagar a primeira parcela da anuidade, assim como entregar a documentação exigida pela Escola.

Parágrafo 1º - O Termo de Adesão somente será encaminhado para exame e deferimento pelo diretor após certificado pela tesouraria de que o Contratante esteja quite com suas obrigações financeiras decorrente de prestações anteriores e as previstas para o ato da matrícula.

Parágrafo 2º - O presente contrato somente terá validade com o deferimento expresso e formal e a assinatura do Termo de Adesão.

Parágrafo 3º - No caso de novos alunos o Contratante deverá entregar o Histórico Escolar (Alunos a partir do 2º Ano do Ensino Fundamental) e Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental (Alunos do Ensino Médio), além de declaração de quitação das mensalidades da escola de origem, observando-se o seguinte:

I – A não entrega, no ato da matrícula, de documento oficial da Escola de origem, atestando conclusão da série que cursava, significará MATRÍCULA PROVISÓRIA.

II – A Escola aguardará o documento de transferência até o mês de março do ano letivo contratado, quando, esgotado esse prazo a matrícula será cancelada e o contrato será rescindido.

Cláusula 8ª – É de inteira e exclusiva responsabilidade da **ESCOLA** a orientação técnica sobre a prestação dos serviços de ensino, no que se refere à indicação de professores, escolha do material didático, fixação da carga horária, marcação do calendário escolar, orientação didático-pedagógica, além de outras providências que as atividades docentes exigam.

Cláusula 9ª – Ao efetuar a matrícula do aluno, o **CONTRATANTE**, ou o próprio aluno, quando maior de 18 (dezoito) anos, desde já autorizam a **ESCOLA** a fazer uso de publicidade com nome, foto ou imagem do mesmo, SEM ÔNUS, ainda em caso de sucesso em concursos, olimpíadas, maratonas, esportes, vestibulares ou em quaisquer outros eventos promovidos pelo Colégio ou dos quais ele participe.

Cláusula 10ª - Como contraprestação dos serviços educacionais prestados referentes ao período letivo de janeiro a dezembro de cada ano, conforme previsto na cláusula 4ª, serão devidos pelo Contratante os valores previstos no documento **Termo de Adesão** a ser firmado pelos contratantes.

Parágrafo Único – Os Contratantes que optarem pelo Sistema de Tempo Integral, nas séries e graus oferecidos pela Escola, pagarão valores adicionais dependendo da modalidade escolhida obrigando-se ainda os responsáveis a cumprir todas as regras financeiras aplicadas aos cursos regulares. Nestes valores adicionais não estarão incluídas quaisquer parcelas referentes ao fornecimento de lanches e/ ou refeições, que serão cobrados à parte pela Escola ou por quem esta venha a credenciar como fornecedor destes serviços, de acordo com os custos mensais.

Cláusula 11ª – Como contraprestação dos serviços escolares prestados e a serem prestados, o **CONTRATANTE** pagará uma anuidade no valor e condições especificadas no Termo de Adesão.

Parágrafo 1º – As partes se comprometem a manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, procedendo durante o período de sua vigência os ajustes necessários para remunerar adequadamente os serviços educacionais, em caso de haver qualquer modificação da política salarial ou econômica do Governo que crie reflexos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro da **ESCOLA**.

Parágrafo 2º – Fica expressa, desde já, a anuência do **CONTRATANTE** à cessão pela **ESCOLA** a terceiros dos créditos resultantes da prestação dos serviços educacionais ora contratados.

Parágrafo 3º– Os descontos concedidos no ato da matrícula e/ou parcelas da anuidade escolar, de acordo com a bonificação da **ESCOLA**, conforme critérios por ela determinados, serão imediatamente suspensos e/ou cancelados, em caso de inadimplência por qualquer período e/ou atitudes que vão de encontro às normas disciplinares da Escola.

Parágrafo 4º — A primeira parcela paga pelo **CONTRATANTE**, denominada matrícula, será considerada a título de sinal ou arras (art. 420, do Código Civil Brasileiro), destinado ao pagamento das despesas iniciais inerentes ao período letivo, não podendo ser passível de devolução nas hipóteses de desistência, abandono ou trancamento do curso.

Parágrafo 5º — Em caso de pagamento efetuado com cheque, o mesmo será recebido em caráter pró-solvendo, somente ficando quitado o compromisso após o pagamento do cheque pelo Banco.

Parágrafo 6º — O vencimento das parcelas da anuidade, excluída a primeira, cujo pagamento se dará no ato da assinatura do Termo de Adesão, será mensal e consecutivo, todo dia 05 (cinco) ou 20 (vinte) de cada mês, conforme escolha do **CONTRATANTE** no ato da matrícula.

Parágrafo 7º — A suspensão ou interrupção do pagamento só ocorrerá por expressa e escrita comunicação da rescisão contratual pelo **CONTRATANTE**, devendo o mesmo estar quite com as parcelas vencidas até a data da solicitação.

Parágrafo 8º — É facultado a (o) aluno (a) requerer a Escola à realização de avaliação com o objetivo de aceleração de seus estudos, sendo deferido o seu pedido desde que cumpra os requisitos previstos no Regimento Escolar da **ESCOLA** e na legislação aplicável. Na hipótese do aluno ter deferido o seu pleito de aceleração dos estudos, não desobrigará o Contratante do pagamento do total da anuidade ora contratada.

Cláusula 12ª – Os valores da **contraprestação** previstos nas **CLÁUSULAS** anteriores e no Termo de Adesão incluem somente a prestação de serviços decorrentes da carga horária constante na proposta pedagógica.

Parágrafo 1º — Os pagamentos das mensalidades escolares seguirão o seguinte procedimento:

- Até o vencimento: somente em Bancos e preferencialmente nas Casas Lotéricas.
- Após o Vencimento: no Banco Emitente ou em outro local indicado pela Escola.
- Após 30 dias do vencimento: na Tesouraria do Colégio ou em outro local indicado pela Escola.

Parágrafo 2º — A ESCOLA não recebe, como forma de pagamento das mensalidades, cheques de terceiro, de pessoa jurídica ou com conta inferior a seis meses.

Parágrafo 3º — A ESCOLA oferece, a seu exclusivo critério e dentro da sua política de negociação, o serviço de cartão de crédito/débito para recebimento das parcelas em atraso, **exclusivamente**. Tal serviço poderá ser cancelado a qualquer momento, sem necessidade de prévia comunicação ao CONTRATANTE.

Parágrafo 4º – Os valores da contraprestação das atividades opcionais serão fixados caso a caso pela **ESCOLA**.

Parágrafo 5º – Não estão incluídos neste Contrato, dentre outros, os custos concernentes à identidade estudantil, expedição da segunda-via de documentos, excursões, festas, atividades extracurriculares, fornecimento de livros e apostilas cujas cobranças serão feitas caso a caso.

Parágrafo 6º – Também não estão incluídos neste Contrato os danos materiais que o aluno, dolosa ou culposamente, causar à Escola.

Parágrafo 7º – A aprovação do aluno em Processo Seletivo de Vestibular, antes da conclusão da série em que está matriculado, não cessa a responsabilidade financeira do Contratante perante a Escola e nem dispensa o aluno do cumprimento de suas responsabilidades pedagógicas previstas no Regimento da Escola e na Legislação Educacional correspondente.

Cláusula 13ª – Em caso de falta de pagamento das parcelas no vencimento, o valor será acrescido de multa, juros de mora e correção monetária previstos no documento Termo de Adesão, até o dia da efetivação do pagamento, além de honorários advocatícios, quando a cobrança se efetivar por profissionais ou empresas especializadas.

Cláusula 14ª – Em caso de inadimplência no pagamento de qualquer das parcelas previstas no Termo de Adesão, por mais de 90 (noventa) dias, a **ESCOLA** poderá adotar as seguintes providências:

- I. Pelo encaminhamento do débito ao Serviço de Cadastro de Consumidores Inadimplentes (SPC, SERASA), Cartório de Protesto de Títulos e / ou Assessoria Jurídica, conforme art. 43, parágrafo segundo da Lei 8.078 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ficando o **CONTRATANTE** obrigado ao pagamento de todas as custas inerentes aos casos acima citados.
- II. Pela rescisão contratual, independente da exigibilidade do débito vencido e ao devido no mês da efetivação.

Parágrafo 1º — No caso de descumprimento de qualquer cláusula prevista no presente contrato, a parte faltosa ficará obrigada pelo pagamento de honorários advocatícios àquela que não deu causa ao descumprimento (art. 51, XII, Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo 2º – A inadimplência de qualquer obrigação contida neste instrumento assegura à parte inocente o direito de não mais contratar com a parte infratora os serviços educacionais, principal e especialmente, no que se refere ao período seguinte ao término da vigência deste contrato. Igualmente, poderá a **ESCOLA** recusar a renovação da matrícula em razão de norma prevista no regimento escolar ou por motivo de ordem disciplinar, didático-pedagógica ou outro que não recomende a permanência do aluno em virtude de incompatibilidade ou prejuízo a ele, a colegas, à comunidade escolar ou ao processo educativo.

Cláusula 15ª - O presente contrato tem duração até o final do período letivo contratado e poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) Pelo **CONTRATANTE**
 - I) Por desistência formal;
 - II) Por transferência formal.
- b) Pela **ESCOLA**
 - I) Por desligamento nos termos do regimento escolar;
 - II) No caso de inadimplência superior a 90 dias.
- c) Por qualquer das partes
 - I) Nos casos de excessiva onerosidade, que provoque grave desequilíbrio na relação pactuada, advinda de fatores imprevisíveis e para os quais os contratantes não contribuam direta ou indiretamente.

Parágrafo 1º – Em todos os casos, fica o **CONTRATANTE** obrigado a pagar o valor da parcela no mês em que ocorrer o evento, além de outros débitos eventualmente existentes, com os acréscimos

legais e contratuais. A rescisão somente será deferida caso o **CONTRATANTE** esteja em dia com as prestações escolares.

Parágrafo 2º – O presente contrato poderá ser rescindido por iniciativa da **ESCOLA**, antes do seu término, com o conseqüente cancelamento da matrícula e expedição de transferência, caso o aluno cometa infração disciplinar que justifique, nos termos do Regimento Escolar, seu desligamento da **ESCOLA** ou por motivo que incompatibilize a permanência do aluno ou a torne prejudicial a ele, aos colegas, à coletividade e à comunidade escolar ou ao processo educativo, em todo caso assegurado amplo direito de defesa.

Parágrafo 3º – Quando o **CONTRATANTE** for diferente do pai, mãe, tutor ou detentor da guarda, a rescisão contratual ou o pedido de transferência deve sempre ser solicitado à Escola em conjunto, preservando e garantindo assim, a tranquilidade educacional e a estabilidade emocional do aluno, bem como o seu relacionamento familiar.

Cláusula 16ª– O presente contrato não é prorrogável, inicia-se e termina no período por ele abrangente não gerando obrigação de continuidade para o **CONTRATANTE**, bem como para a **ESCOLA**.

Cláusula 17ª– As partes atribuem ao contrato plena eficácia e força executiva extrajudicial.

Cláusula 18ª– A **ESCOLA** só se responsabilizará pelos alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio que tenham entrado nas dependências da Escola, nos horários de 7h10min às 12h40min, para os alunos do turno matutino e de 13h30min às 18h50min para os do turno vespertino.

Cláusula 19ª — Sempre que o aluno, quando maior, ou o **CONTRATANTE** solicitar documento escolar deverá fazê-lo por escrito.

Parágrafo Único — A **ESCOLA** terá um prazo de até 30 (trinta) dias para fornecer a documentação de interesse do aluno, contados da data do protocolo do pedido na secretaria.

Cláusula 20ª — O Contratante declara serem seus os dados cadastrais informados no Termo de Adesão firmado por ocasião da matrícula e que está de acordo que as correspondências, quando não forem entregues em sala de aula ao próprio ALUNO, poderão ser enviadas para o endereço ali informado. Em caso de alteração dos dados cadastrais, o Contratante compromete-se a fazer a comunicação por escrito à Escola, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da mudança de domicílio, sob pena de se considerar avisado do conteúdo das referidas correspondências, inclusive cartas comunicando a inclusão dos nomes dos responsáveis nos registros de cadastros de inadimplentes.

Parágrafo Único – O **CONTRATANTE** obriga-se a informar à Escola a modalidade de guarda (unilateral ou compartilhada), no prazo de 05 (cinco) dias úteis da decisão homologatória da guarda, no caso de mudança no decorrer da vigência do presente contrato, ficando assim a Escola isenta de qualquer responsabilidade em caso de descumprimento do presente parágrafo.

Cláusula 21ª — O **CONTRATANTE** não poderá se eximir do pagamento das mensalidades aqui ajustadas, no caso de separação com o cônjuge, onde este por força da separação ficou obrigado pelo pagamento das prestações escolares.

Cláusula 22ª — Obriga-se o **CONTRATANTE** a fazer com que o aluno cumpra o Regimento Escolar, o Calendário Escolar e os horários estabelecidos pela Escola, assumindo total responsabilidade pelos problemas advindos da não observância destes.

Cláusula 23ª — O **CONTRATANTE** está ciente da obrigatoriedade do uso completo do uniforme escolar por parte do aluno, bem como da aquisição de todo o material escolar exigido, assumindo inteira responsabilidade por qualquer fato que venha prejudicar o aluno pelo descumprimento desta obrigação.

Cláusula 24ª — A **ESCOLA** não se responsabiliza pela perda de objetos dos alunos, inclusive celulares ou outros objetos eletrônicos, cabendo ao aluno e aos seus responsáveis a responsabilidade pelos mesmos.

Cláusula 25ª — O **CONTRATANTE** e o aluno declaram conhecer e estarem sujeitos às normas do Regimento Escolar, o qual será entregue ao Aluno/CONTRATANTE, quando solicitado, sendo que suas determinações integram o presente instrumento para aplicação subsidiária e em relação aos casos omissos. O **CONTRATANTE** e o aluno declaram ainda conhecer o Planejamento Pedagógico da Escola.

Cláusula 26ª — O Contratante obriga-se a informar, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei 9394/96, no ato da assinatura do Termo de Adesão a este contrato, **QUE O ALUNO irá NECESSITAR da Escola de cuidados ou atendimento diferenciados, CASO JULGUE QUE O MESMO SEJA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. Nestes casos o Contratante**

deverá firmar um novo contrato de ajuste econômico-pedagógico com a Escola buscando reestabelecer o equilíbrio do contrato em face dos serviços incrementais individuais prestados pela Escola. No contrato de ajuste ficará pactuado, dentre outros termos, o valor mensal adicional que o Contratante pagará à Escola como contraprestação dos serviços diferenciados individuais (acompanhamento individual especializado, material didático, etc.)

Parágrafo 1º— A Escola não se responsabilizará pelo insuficiente desempenho do aluno em razão de omissão do **CONTRATANTE** em informar que o aluno é portador de necessidades especiais, pois nesse caso, não haverá a prestação de serviço de atendimento individual e/ou especializado ao aluno.

Parágrafo 2º— O valor adicional de que trata o caput desta cláusula não se confunde com a anuidade contratada no presente contrato.

Parágrafo 3º— Obriga-se ainda o **CONTRATANTE** a informar que o aluno é portador de necessidades especiais, no caso do conhecimento dessas necessidades no decorrer do ano letivo.

Parágrafo 4º— Obriga-se também o **CONTRATANTE** a informar no ato da assinatura do presente contrato que o aluno é portador de doença e/ou deficiência que o impeça de praticar esportes ou atividades recreativas. No caso de necessidade, devidamente ajustada entre o **CONTRATANTE** e a Escola, de adoção de medidas especiais para o aluno, deverá ser firmado um novo contrato de ajuste econômico-pedagógico entre as partes.

Cláusula 27ª— É de inteira e exclusiva responsabilidade do ALUNO (A) ou **CONTRATANTE** o conteúdo inserido ou disponibilizado por estes em sites de relacionamento (Orkut, blogs, twitters, facebook, msn, dentre outros) bem, como transmissões via e-mail ou mensagens instantâneas, não havendo ingerência da Escola, por se tratar de instrumentos de propriedade exclusiva de seus idealizadores, posto que a mesma não controla o conteúdo disponibilizado em tais serviços.

Parágrafo 1º — O **CONTRATANTE** declara estar ciente de que a tarefa de exercer o acompanhamento e o controle da participação do aluno em sites de relacionamentos, bem como as consequências advindas desse relacionamento, é de inteira e exclusiva responsabilidade do contratante e/ou Responsável legal.

Parágrafo 2º — O Contratante, o(a) aluno(a) e o Responsável legal estão cientes e concordam que, mesmo sendo o conteúdo inserido ou disponibilizado por estes em sites de relacionamentos, bem como transmissões via e-mail ou mensagens instantâneas, de exclusiva responsabilidade dos mesmos, a Escola poderá tomar medidas disciplinares se achar que o comportamento no mundo digital interferiu no comportamento escolar.

Cláusula 28ª — Para dirimir questões oriundas deste contrato, fica eleito o foro da cidade de Natal, com expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado, que seja.

E, por estarem justos e contratados, a Escola firma o presente, nesta oportunidade, firmando-o o Contratante, por ocasião da matrícula, através do termo de adesão contratual, perante duas testemunhas, para que produza todos os efeitos legais.

DE ACORDO:

MI SERVIÇOS EDUCACIONAIS E COMÉRCIO DE FARDAMENTO LTDA- EPP